

ii. A exaustão do custo de fechamento de minas se dá com base no prazo remanescente das reservas de Caulim (platô 3), que, em 31 de dezembro de 2013, é estimado em 18 anos.

A depreciação e a exaustão do exercício, alocada ao custo de produção e na despesa, montam na controladora R\$ 12.353 (R\$ 13.136, em 2012). No consolidado, a depreciação e a exaustão do exercício, alocada ao custo de produção e na despesa, montam R\$ 12.548 (R\$ 13.392, em 2012)

15. Fornecedores - terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais	5.213	2.434	9.268	4.246
Fornecedores estrangeiros	413	2	444	2
	5.626	2.436	9.712	4.248

16. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

	Taxa média anual de encargos %	2013	2012
		2013	2012
Empréstimos (a)	4,5 a.a + LIBOR	63.798	63.590
		63.798	63.590
Circulante		7.576	8.415
Não circulante		56.222	55.175

(a) O empréstimo em questão refere-se a recursos obtidos pela controlada Cadam Overseas Ltd., junto à empresa CMM Overseas S.A., controlada pela Vale S.A. (empresa esta que foi controladora da Cadam S.A. até 07 de maio de 2012). Tal montante foi emprestado para que a Cadam Overseas Ltd. pudesse gerir seu fluxo de caixa operacional.

Conforme "Alteração e Novação de Contrato de Empréstimo" firmado entre as partes envolvidas, "...o valor principal e a taxa de juros deverão ser integralmente pagos pela Cadam e pela Cadam Overseas, no prazo de até 60 (sessenta) meses contados a partir de 7 de maio de 2012, sendo certo que o Valor do Principal deverá ser pago em 5 (cinco) parcelas anuais e a Taxa de Juros deverá ser paga em 10 (dez) parcelas semestrais...":

Ano de vencimento	
2014	14.993
2015	18.741
2016	22.488
	56.222

Em garantia dos financiamentos foi oferecido o seguinte:

	2013
Direitos minerários	Não valorizado
Máquinas - diversas	31.282
	31.382

Conforme "Anexo I - Direitos Minerários" pertencente ao "Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Direitos Minerários e Outras Avenças" e "Anexo III - Máquinas e Equipamentos" do "Instrumento Particular de Contrato de Máquinas e Equipamentos, de Depósito e Outras Avenças" os quais referem-se a "Alteração e Novação de Contrato" (*Amendment na Novation of Loan Agreement*).

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda a pagar	953	7.839	2.164	8.648
Contribuição social a pagar	352	2.831	352	2.830
PIS a pagar	1	6	1	6
COFINS a pagar	6	27	6	27
Icms a pagar	103	184	103	184
Cfem	262	184	262	184
Outros	312	80	5.661	186
	1.989	11.151	8.549	12.065

18. Provisão para demandas judiciais

(a) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhista e previdenciárias	Tributárias	Ambientais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.688	43	124	(146)	2.709
Adição	6.652	4	11	13	6.680
Reversão	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-
Ganho/perda na conversão	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.340	47	135	(133)	9.389

	Consolidado				
	Trabalhista e Previdenciárias	Tributárias	Ambientais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.688	43	124	(146)	2.709
Adição	6.652	4	11	13	6.680
Reversão	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-
Ganho/perda na conversão	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.340	47	135	(133)	9.389

(b) Natureza

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, ambientais, trabalhistas, cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

(c) Contingências de perda possível não provisionadas no balanço

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Tais processos representam os montantes de R\$ 40.317 e R\$ 1.430, respectivamente em cada natureza de risco, em 31/12/2013 (R\$ 62.926 e R\$ 651 respectivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia questiona judicialmente 03 (três) autos de infração lavrados pela Receita Estadual do Pará em razão da cobrança de ICMS sobre as exportações de caulim efetuadas entre os anos-calendário de 1993 e 1996. Em função de revisão dos valores devidos, efetuada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$ 179.429 (R\$ 169.193 em 2012). Como os assessores jurídicos da Companhia, amparados por diversos laudos de especialistas, entendem ser provável a chance de êxito, não foi constituída provisão para esta contingência.

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM)

A Companhia discute judicialmente por meio da Execução Fiscal nº 0017846-19.2011.4.01.3900, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, a cobrança da diferença de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) no valor - atualizado pela SELIC em dezembro de 2013 - de R\$ 51.098 (12/2012 - R\$ 47.915), supostamente recolhido a menor pela Empresa no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2004. Apesar do prognóstico de perda possível, baseada no parecer dos Assessores Jurídicos da Companhia, a empresa apresentou Carta Fiança no valor de R\$ 41.000 como garantia para discutir judicialmente a mencionada Execução Fiscal.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro de controladas no exterior

Em março de 2003, a Cadam impetrou mandado de segurança tendo em vista a exigência do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido referente aos lucros auferidos por controladas sediadas no exterior, no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2004, independentemente, de sua efetiva distribuição.

19. Provisão para fechamento de mina

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações de minas. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 4,14% a.a. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base o índice de inflação ("IGP-M") do período, em referência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.287	20.287
Adição	1.121	1.121
Reversão	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	21.408	21.408

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 183.904 e está representado por 22.000.000 ações, sendo 13.525.820 ordinárias, 4.761.682 preferenciais classe A e 3.712.498 preferenciais classe B, sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, ressalvado o disposto no parágrafo a seguir, prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e direito à participação integral nos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais têm o direito a voto restrito para eleger, em separado, um membro do Conselho de Administração, um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal. Adicionalmente, as ações preferenciais adquirirão o exercício do direito a voto se a Companhia deixar de pagar o dividendo a que fizerem jus por três exercícios consecutivos:

31.12.2013			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações
Kamin LLC (i)	13.525.820	-	13.525.820
Outros - não controladores	-	8.474.180	8.474.180
	13.525.820	8.474.180	22.000.000
31.12.2012			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações
Kamin LLC	13.525.820	-	13.525.820
Outros - não controladores	-	8.474.180	8.474.180
	13.525.820	8.474.180	22.000.000

(b) Reserva de capital - subvenções para investimentos

Reserva constituída com benefício fiscal de redução de Imposto de Renda na Área da SUDAM. Parte do Imposto de Renda devido pode ser reinvestido na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita à aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal é também apropriado em uma reserva de lucros, com impedimento à distribuição de dividendos aos acionistas.

(c) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

(d) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas				
Venda de caulim - mercado externo	69.621	62.776	114.621	115.857
Venda de caulim - mercado interno	48.552	46.323	55.674	46.323
	118.173	109.099	170.295	162.180
Deduções de vendas				
Imposto e contribuições sobre venda (a)	(12.078)	(11.117)	(12.078)	(11.117)
Frete sobre vendas	(8.689)	(10.327)	(22.595)	(28.891)
	(20.767)	(21.444)	(34.673)	(40.008)
Receita líquida de vendas	97.406	87.655	135.622	122.173